

NOSSA HISTÓRIA

DEPREV

A Previdência Municipal de Senador Canedo foi criada por meio da Lei nº 0175 de 03 de setembro de 1991 (Lei Orgânica da Previdência Social do Município de Senador Canedo), sendo que em 06 de julho de 1998 por meio da Lei 550/1998 criou-se o Departamento Municipal de Previdência Social (DEPREV).

IAMESC

Em 23 de novembro de 2001 por meio da Lei 767 foi instituído no Município de Senador Canedo o Regime Próprio de Previdência Social que era denominado como Fundo de Previdência Social do Município de Senador Canedo – FPS, sendo a gestão realizada pelo IAMESC.

FUNPREV

Conforme a Lei 1.111/05 o RPPS foi reestruturado tendo personalidade jurídica própria e ser o órgão responsável pela gestão do RPPS, contando com um Conselho Municipal de Previdência – CMPA e diretoria executiva (contando com um Diretor Presidente e uma Diretoria Previdenciária).

Houve ainda nova Reestruturação do RPPS em 1 de dezembro de 2010 por meio da Lei nº 1536.

Em 30 de dezembro de 2013 houve nova reestruturação por meio da Lei nº 1.769

SENAPREV

Em 19 de setembro de 2019, por força da Lei nº 2.240 o RPPS passou por nova reestruturação, como já era conhecido como SENAPREV pela população canedense tal reestruturação nominou o RPPS agora como Instituto de Previdência do Servidor Público de Senador Canedo – SENAPREV. Além das demais mudanças necessárias, reestruturação e outras matérias previdenciárias são tratadas pelas seguintes leis:

- Lei nº 2.597 de 12 de agosto de 2022 Reestruturação do SENAPREV
- Emenda à Lei Orgânica nº 030 de 22 de dezembro de 2021;
- Lei nº 2.515 de 03 de dezembro de 2021 (Criou o Regime de Previdência Complementar – RPC);
- Lei nº 2.604 de 31 de agosto de 2022 (Dispõe sobre o plano de Custeio);
- Lei nº 2.605 de 31 de agosto de 2022 (Dispõe sobre os segurados, dependentes e benefícios);
- Lei nº 2.611 de 26 de setembro de 2022 (alteração no plano de custeio);
- Lei nº 2.818 de 21 de março de 2024 - Altera a lei 2597/2022 (Reestruturação SENAPREV)
- Lei nº 2.819 de 21 de março de 2024 - Altera a Lei 2604/2022 (Plano de Custeio)